

# Fundação Nossa Senhora da Esperança

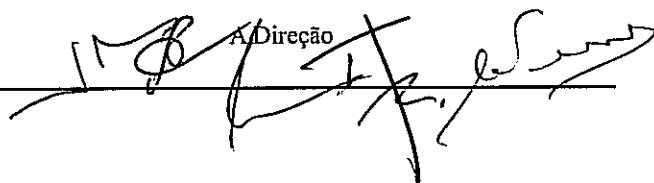
Anexo

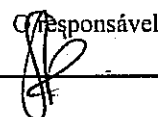
# Índice

Índice .....	2
1 Identificação da Entidade .....	2
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	3
3.1 Bases de Apresentação .....	3
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	5
4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	8
5 Activos Fixos Tangíveis .....	8
6 Custos de Empréstimos Obtidos .....	9
7 Inventários.....	9
8 Rédito .....	10
9 Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	10
10 Benefícios dos empregados .....	10
11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes .....	11
12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	11
13 Outras Informações.....	11
13.1 Investimentos Financeiros .....	11
13.2 Clientes e Utentes .....	11
13.3 Outras contas a receber .....	12
13.4 Caixa e Depósitos Bancários.....	12
13.5 Fundos Patrimoniais.....	12
13.6 Fornecedores.....	13
13.7 Estado e Outros Entes Públicos.....	13
13.8 Outras Contas a Pagar .....	13
13.9 Subsídios, doações e legados à exploração.....	13
13.10 Fornecimentos e serviços externos.....	14
13.11 Outros rendimentos e ganhos.....	14
13.12 Outros gastos e perdas.....	14
13.13 Resultados Financeiros.....	15
13.14 Acontecimentos após data de Balanço .....	15

## 1 Identificação da Entidade

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis		4 090 481,97	4 321 231,50
Bens do património histórico e artístico e cultural		190 552,56	190 552,56
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		500,00	500,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>4 281 534,53</b>	<b>4 512 284,06</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários		21 576,92	22 297,96
Créditos a receber		7 424,11	1 569,45
Estado e outros entes públicos		4 695,83	6 355,42
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		76,60	76,60
Outros ativos correntes		5 022,57	81,29
Caixa e depósitos bancários		820 210,65	496 567,83
		<b>859 006,68</b>	<b>526 948,55</b>
		<b>5 140 541,21</b>	<b>5 039 232,61</b>
<b>Total do ativo</b>			
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos		91 728,35	91 728,35
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		3 385 486,83	3 369 788,70
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		1 315 678,77	1 239 787,57
		<b>4 792 893,95</b>	<b>4 701 304,62</b>
Resultado líquido do período		14 888,20	14 700,53
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>4 807 782,15</b>	<b>4 716 005,15</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		791,99	1 700,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>791,99</b>	<b>1 700,00</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores		26 513,82	6 587,04
Estado e outros entes públicos		17 690,05	15 785,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		186 422,80	208 348,67
Diferimentos		1 389,57	1 457,64
Outros passivos correntes		99 950,83	89 349,00
		<b>331 967,07</b>	<b>321 527,46</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>332 759,06</b>	<b>323 227,46</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>5 140 541,21</b>	<b>5 039 232,61</b>

 A Direção

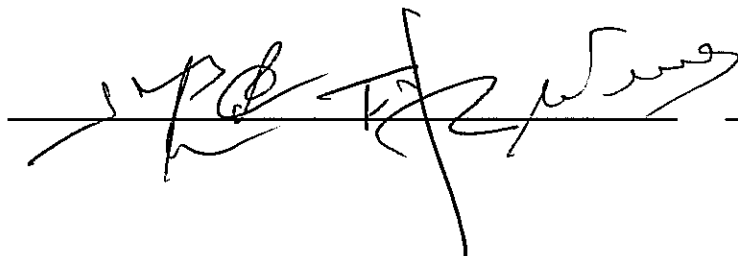
 Responsável

Fundação Nossa Senhora da Esperança  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Contribuinte: 500875871

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		811.083,69	790.202,47
Subsídios, doações e legados à exploração		339.760,34	383.839,66
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		137.780,19	129.987,57
Fornecimentos e serviços externos		243.524,92	285.159,25
Gastos com o pessoal		772.568,90	745.499,60
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		1.020,00	1.700,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		145.396,12	148.525,13
Outros gastos		434,00	834,35
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>140.912,14</b>	<b>159.386,49</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		122.071,74	146.480,43
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>18.840,40</b>	<b>12.906,06</b>
Juros e rendimentos similares obtidos		2.541,85	4.262,18
Juros e gastos similares suportados		6.494,05	2.467,71
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>14.888,20</b>	<b>14.700,53</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>14.888,20</b>	<b>14.700,53</b>




A "Fundação Nossa Senhora da Esperança" é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "Fundação de Solidariedade Social" com estatutos publicados no Diário da República n.º 45, Série II, de 4 de Março de 2008 com sede em Rua Sequeira Sameiro – Castelo de Vide. Tem como actividade para que possa prosseguir os seguintes objectivos:

- 1 - A Fundação tem como fins exercer e/ou promover actividades de assistência nos campos da tiflogia, da terceira idade, e outras de natureza social.
- 2 – A Fundação desenvolve igualmente a sua actuação nas áreas da Formação e Qualificação Avançada e Cultural.

## **2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2013 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

## **3 Principais Políticas Contabilísticas**

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

#### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## 3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta (quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	4
Outros Activos fixos tangíveis	0

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

### 3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efectuada para os bens cujo valor de transacção careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

### 3.2.3 Inventários

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.

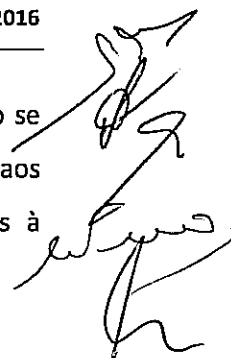
### 3.2.4 Rédito

O Rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

### 3.2.5 Subsídios do Governo e apoios do Governo



Os subsídios relacionados com rendimentos imputam-se ao rendimento do período, salvo se se destinarem a financiar déficits de exploração de períodos futuros, caso que se imputam aos referidos períodos. Estes subsídios são apresentados separadamente como “subsídios à Exploração” na demonstração de resultados.



### **3.2.6 Instrumentos Financeiros**

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

#### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

#### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.7 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.8 Provisões**

Provisões específicas do sector.

### **3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

#### **4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### **5 Activos Fixos Tangíveis**

No período de 2016, não ocorreram movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural".

Descrição	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>	<b>0,00</b>					<b>0,00</b>
Bens Imóveis	1 948,32					1 948,32
Arquivos/ Museus	187 751,19					187 751,19
Bens móveis	0,00					0,00
<b>Total</b>	<b>189 699,51</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>189 699,51</b>

#### Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2016					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Amortizações	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 811,07					2 811,07
Edifícios e outras construções	4 898 868,57					4 557 857,69
Equipamento básico	590731,26					594 043,82
Equipamento de transporte	70 700,42					96 440,42
Equipamento Administrativo	186648,25					189 055,90
Outros Activos fixos tangíveis	202474,65					202 474,65
<b>Total</b>	<b>5 952 234,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 843 556,43</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	2 811,07					2 811,07
Edifícios e outras construções	883 256,89					968 810,77
Equipamento básico	520 515,60					542 019,80
Equipamento de transporte	36 750,42					43 450,42
Equipamento biológico	32 526,29					34 854,97
Equipamento administrativo	99 996,01					104 869,84
Outros Activos fixos tangíveis						
<b>Total</b>	<b>1 575 856,28</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 696 816,84</b>

## 6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	186 422,80	0,00	186 422,80	208 348,67	0,00	208 348,67
<b>Total</b>	<b>186 422,80</b>	<b>0,00</b>	<b>186 422,80</b>	<b>208 348,67</b>	<b>0,00</b>	<b>208 348,67</b>

## 7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2016			
	Inventário final 2014	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	15 746,11	0,00	0,00	15 746,11
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6 551,85	137 059,15	0,00	5 830,81
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00

Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>22 297,96</b>	<b>137 029,15</b>	<b>0,00</b>	<b>21 576,92</b>
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	129 987,57			137 780,19
Variações nos inventários da produção				0,00

## 8 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	809 727,69	788 044,47
Quotas e joias	1 356,00	2 158,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	2 541,85	4 262,18
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>813 625,54</b>	<b>794 464,65</b>

## 9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2016
<b>Subsídios do Governo</b>	
QREN	174 870,75
<b>Total</b>	<b>174 870,75</b>

## 10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram, respectivamente 5 e 5. Os órgãos directivos não usufruem remunerações.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2016 foi de 69 (43 com contrato no Lar JGPN, 20 com contrato no Lar do Convento, 3 estágio Profissional, 3 CEI) e em

31/12/2015 foi de 68 (42 com contrato no Lar JGPN, 19 com contrato no Lar do Convento, 1 estágio Profissional, 6 CEI) .

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	610 026,64	564 765,61
Benefícios Pós-Emprego	2 898,02	1 596,00
Indemnizações	1 712,85	152,34
Encargos sobre as Remunerações	130 366,02	137 367,53
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5 391,69	3 159,74
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	22 173,68	38 458,38
<b>Total</b>	<b>772 568,90</b>	<b>745 499,60</b>

## 11 Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2015 e 2016, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2015	Aumentos	Diminuições	2016
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	1 700,00	1 020,00	0,00	791,99
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1 700,00</b>	<b>1 020,00</b>	<b>0,00</b>	<b>791,99</b>

## 12 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 13 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 13.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
<b>Investimentos em subsidiárias</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	500,00	500,00
<b>Total</b>	<b>500,00</b>	<b>500,00</b>

### 13.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	7 424,11	1 569,45
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	-26 513,82	-6 587,04
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>-19 089,71</b>	<b>-5 017,59</b>

### 13.3 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	713,24	81,29
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	-378,25	0,00
Outras operações	-1 202,72	-2 614,84
Outros Devedores	4 687,58	0,00
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 819,85</b>	<b>-2 533,55</b>

### 13.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	239,00	1 146,97
Depósitos à ordem	574 971,65	62 412,21
Depósitos a prazo	245 000,00	380 000,00
Outros		

Total	820 210,65	443 559,18
-------	------------	------------

### 13.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	91 728,35	0,00	0,00	91 728,35
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	3 369 788,70	15 698,13	0,00	3 385 486,83
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 239 787,57	75 891,20	0,00	1 315 678,77
<b>Total</b>	<b>4 701 304,62</b>	<b>91 589,33</b>	<b>0,00</b>	<b>4 792 893,95</b>

### 13.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	26 513,82	6 587,04
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>26 513,82</b>	<b>6 587,04</b>

### 13.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	2 315,12	4 525,73
Outros Impostos e Taxas	12,00	12,00
<b>Total</b>	<b>2 327,12</b>	<b>4 537,73</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	13 541,55	11 911,61
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>13 541,55</b>	<b>11 911,61</b>

### 13.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar		-713,24		-81,29
Cauções	0,00		0,00	

Outras operações		1 202,72		2 614,84
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-4 687,58		0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>-4 198,10</b>	<b>0,00</b>	<b>2 533,55</b>

### 13.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	337 262,56	378 562,81
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	2 497,78	5 276,85
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>339 760,34</b>	<b>383 839,66</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

### 13.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	68 810,47	96 807,92
Materiais	12 300,32	36 593,25
Energia e fluidos	106 514,15	95 236,94
Deslocações, estadas e transportes	2 409,44	1 426,85
Serviços diversos	53 490,54	55 094,29
<b>Total</b>	<b>243 524,92</b>	<b>285 159,25</b>

### 13.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	2 437,03	2 738,06
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	80,02	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	31 382,07	26 251,69
Outros rendimentos	111 497,00	119 535,38

### 13.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:



Descrição	2016	2015
Impostos	164,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	270,00	834,35
<b>Total</b>	<b>434,00</b>	<b>834,35</b>

### 13.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	6 494,05	2 362,71
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	105,00
<b>Total</b>	<b>6 494,05</b>	<b>2 467,71</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	2 541,85	4 262,18
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>2 541,85</b>	<b>4 262,18</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-3 952,20</b>	<b>1 794,47</b>

### 13.14 Acontecimentos após data de Balanço


Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho Administração em 08 de Março de 2017.

Castelo de Vide, 31 de Dezembro de 2016

O Técnico Oficial de Contas



A Direcção

